

Transformar o País pela Educação.

uma unimonte unibh unisocies sãojudas hsm EBRADI LE CORDON BLEU

GAEC Educação S.A. e Controladas

CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 - NIRE: 35300350430 - Companhia Aberta

CÓDIGO ISIN DAS AÇÕES: BRANIMACNOR6

CÓDIGO DE NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES NA BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS: "ANIM3"
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

ACIONISTAS,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 acompanhado das Demonstrações Financeiras deste exercício, em comparação com o exercício do ano de 2016. As demonstrações financeiras individuais são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

SOBRE A ANÍMA

Somos uma das maiores organizações educacionais privadas do País, tanto em termos de receita, como em número de estudantes matriculados, de acordo com a Hoper Educação.

Temos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas do setor, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz na capacidade de conciliar escala com a oferta de um ensino de alta qualidade. São 15 anos de atuação no ensino superior brasileiro.

Encerramos o ano de 2017 com uma base de 91,2 mil alunos matriculados em nossos cursos presenciais e a distância, nas modalidades de graduação, pós-graduação, ensino básico e técnico, em 30 unidades nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Goiás, sendo:

- o Centro Universitário Una, em Belo Horizonte, com seis unidades acadêmicas, além de nove unidades nas cidades de Beim, Contagem, Sete Lagoas, Pousa Alegre, Divinópolis, Bom Despacho, Nova Serrana e Uberlândia (esta com 2 unidades), todas no estado de Minas Gerais, além de uma faculdade na cidade de Catalão, em Goiás;

- Ainda em Belo Horizonte, o Centro Universitário Unibh, com três unidades pela cidade;

- Já no estado de São Paulo, a Universidade São Judas Tadeu, com duas unidades acadêmicas na Capital, e a Unimonte, centro universitário localizado em Santos, no litoral sul do Estado;

- Em Santa Catarina, o Centro Universitário Unisocies, em Joinville, com 2 unidades acadêmicas, e mais cinco unidades nos municípios de Itajaí, São Bento do Sul, Florianópolis, Blumenau e Balneário Camboriú, além de um Centro Universitário em Curitiba, no Paraná.

Nosso portfólio inclui também a HSM, que acreditamos ser uma das mais renomadas instituições de educação corporativa no Brasil. Realizamos grandes eventos de gestão empresarial, com público que, em sua maioria, são altos executivos de grandes empresas. Fundada há mais 30 anos, também se destaca por oferecer soluções educacionais como Cursos In Company e a plataforma digital do HSM Experience.

Finalmente, temos a Escola Brasileira de Direito (EBRADI), uma nova marca da Ânima lançada no final de 2016 para oferecer ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em muitas culturas e em diferentes países, os 15 anos de idade simbolicamente remetem a um ritual de passagem e a um momento especial da jornada. É o tempo de celebração do que foi vivido até aquele instante, e também o momento para se projetar o futuro e os desafios que se apresentam de uma nova maneira. Em 2018, a Ânima completa 15 anos bem vividos. Temos um enorme orgulho da nossa trajetória e uma visão ainda mais otimista sobre o que vem pela frente, como poderá ser lido adiante neste relatório de resultados. Sentimo-nos em um tempo de passagem, vivendo importantes transformações em nossa empresa em prol de uma gestão cada vez mais eficiente e competente. E mesmo tempo, estamos olhando para o futuro, deixando claras nossas escolhas estratégicas e investindo fortemente na expansão e na diferenciação por qualidade.

Dessa forma, o ano de 2017 se confirmou como um importante ponto de inflexão. Após um período desafiador nos dois anos anteriores, começamos a coletar os resultados de uma série de iniciativas priorizadas para voltar a crescer de forma consistente e recompor nossas margens. Foi um ano também de foco na integração das unidades adquiridas em 2016 (Unisocies, Una Bom Despacho e Una Uberlândia). Conseguimos esses avanços, mantendo nosso posicionamento, com resultados acadêmicos cada vez mais fortes. Estamos comemorando todas essas conquistas, mas conscientes de que ainda há muito espaço para melhorar.

Voltamos a crescer nossa base de alunos de graduação. A criação de nossa área comercial tem se mostrado uma de nossas conquistas mais importantes. Conseguimos retomar o crescimento de nossa base orgânica (+8% no primeiro e +31% no segundo semestre de 2017), conciliando ações táticas com nosso posicionamento de qualidade e um crescimento saudável de nosso ticket médio líquido (+5% em 2017 versus 2016). Ao longo de todo o ano, também conseguimos manter nossos alunos engajados, com taxas de retenção melhorando ano contra ano, contrariando a tendência vista no setor de educação como um todo. Os esforços dos times acadêmicos e de relacionamento com alunos foram muito importantes para essas melhorias. Com tudo isso, voltamos a crescer nossa base orgânica de alunos de graduação, antecipando em nossos resultados uma melhoria que esperamos somente em 2018. Finalmente, continuamos progredindo na construção de marcas fortes em todas as nossas regionais. Os resultados acadêmicos do último ciclo de avaliação divulgados pelo MEC colocaram a Unimonte e o Unibh no patamar que a Una e a São Judas já haviam conquistado. As duas instituições romperam a barreira do IGC 4 e estão posicionadas, assim, entre as melhores IES do país, segundo os critérios de qualidade do MEC.

Recomposição de margens e geração de caixa. Conforme vimos ao longo dos últimos trimestres, já iniciamos o processo de recomposição de nossas margens. Estamos encerrando o ano com EBITDA ajustado de R\$173,9 milhões e uma margem de 16,7%, o que representa um avanço de +0,6pp versus 2016. Os principais vetores de melhoria continuam sendo os ganhos de produtividade docente e melhor ocupação de nossos campi, proporcionando um avanço de +2,5pp em nossa margem bruta. Importante destacar que esse processo não está descaído de nossa base de geração de caixa. Encerramos o ano com uma geração de caixa livre de R\$116,3 milhões (+21% versus 2016). Com isso, vemos uma recuperação gradual de nosso ROIC já em 2017.

Conseguimos avançar também nas operações adquiridas em 2016, reduzindo o efeito de diluição de margens inicialmente causado pela consolidação dessas operações em nossos resultados. Apesar da melhora considerável, chegando a um resultado operacional de R\$26,8 milhões no conjunto dessas operações (versus R\$3,2 milhões em 2016) e a uma margem de 15,2% da Receita Líquida, ainda temos bastante espaço até chegar aos mesmos níveis de produtividade de nossas marcas mais maduras. Com isso, encerramos mais um ano com desempenho acima do plano de negócios dessas transações, mantendo nosso histórico de geração de valor a partir de movimentos de crescimento inorgânico.

Vale destacar ainda que nosso crescimento de margens só não foi mais robusto neste segundo semestre, pois aceleramos nosso processo de expansão orgânica. Estamos com 8 unidades

abertas ao longo dos últimos 18 meses (que ainda estão em fase de amadurecimento), e outras 7 novas unidades que foram inauguradas em fevereiro de 2018 (com gastos pré-operacionais). Enquanto o primeiro grupo já começa a apresentar resultados positivos em 2017 (mas com margens operacionais ainda baixas em relação às unidades maduras), o segundo grupo ainda representa um investimento, concentrado neste último trimestre do ano. Excluindo esse efeito, vemos um EBITDA ajustado de R\$177,3 milhões e uma margem EBITDA de 17,5% (+1,1pp versus 2016). Exneramos isso como um importante investimento, no qual ainda estamos em uma fase inicial, mas com grande potencial de geração de valor a médio prazo.

Um novo ciclo de expansão. Estamos otimistas com relação aos desafios que vemos pela frente. As mudanças organizacionais, visando a um melhor equilíbrio entre concepção e execução, têm se mostrado acertadas. Os primeiros resultados de engajamento de professores e alunos no nosso novo modelo acadêmico, o Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A), são positivos. E conseguimos adaptar nosso plano de expansão orgânica (Q2A) para continuar avançando apesar das mudanças regulatórias que impactaram no curto prazo a oferta de cursos híbridos. Não vamos diminuir o ritmo para continuar materializando nossa missão de Transformar o País pela Educação!

DESEMPENHO OPERACIONAL

Base de alunos
Apresentamos ao final de 2017 uma base de alunos no ensino superior de 91,2 mil alunos, o que representa, já consolidando as aquisições realizadas em 2016, um crescimento de 0,4% comparado ao 4T16. A base é formada por 83,0 mil alunos de graduação, 4,6 mil alunos de pós-graduação, 0,9 mil alunos do Ensino Básico e Técnico, além de 2,8 mil alunos de EAD.

FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

Desde o início de 2015, quando as condições do FIES mudaram de forma drástica para o setor educacional como um todo, o Fies vem se tornando cada vez menos relevante para nós. Encerramos o ano com 22,9 mil alunos com FIES (27,6% da base) comparado aos 28,1 mil alunos do 2S16 (34,6% da base).

Com a queda do financiamento público, reforçamos nossa estratégia para fomentar e desenvolver soluções privadas de financiamento estudantil. Além dos produtos tradicionais do Pravalet, nos quais o risco de crédito sobre os recebíveis são 100% transferidos para a ideal Invest, temos também uma modalidade em que o aluno passa por todo o processo de credit score e Pravalet tradicional, mas nós aprovamos discricionariamente alguns alunos incrementais, mantendo, portanto, o risco de crédito em nosso balanço. A soma destes produtos de financiamento privado totalizou 6,4 mil alunos, 7,7% da base de graduação (sendo somente 1,2 mil alunos utilizando o nosso balanço), comparado aos 5,5 mil alunos (6,8% da base) no 2S16.

QUALIDADE ACADÊMICA

No final de 2017, o MEC divulgou o resultado das avaliações das instituições de ensino no Brasil referentes ao ano de 2016. Os resultados obtidos nas notas do Enade, Conselho Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC) referentes ao ano de 2016 confirmam o posicionamento de qualidade diferenciada da Ânima, majoritariamente com cursos e instituições com nota 4 (escala de 1 a 5).

A publicação dos resultados de 2016 reforça a efetividade do nosso modelo acadêmico, e nosso compromisso em manter o foco na melhoria contínua da qualidade do ensino oferecido aos nossos alunos.

Na Ânima, 50% dos cursos foram avaliados com nota 4 e 5 no Enade 2016, em comparação a 10% nas demais empresas listadas. Sendo assim, consistentemente, a Ânima lidera os mais elevados padrões de qualidade no ensino superior brasileiro, inclusive em relação às instituições públicas do país.

O posicionamento diferenciado de qualidade da Ânima fica evidente se observada a distribuição dos cursos nas três faixas em comparação com as demais IES no Brasil. Enquanto 81% dos CPC's dos nossos cursos estão nas faixas 4 e 5, nas IES de Companhias Listadas este número é de apenas 18%. Neste ciclo apresentamos também um percentual bem acima das instituições públicas.

O destaque nesse último ciclo de avaliação se dá por conta da melhoria dos IGCs do Unibh e da Unimonte, cujas evoluções dos índices contínuos possibilitaram atingir, em ambos os casos, a faixa 4. Esse novo cenário nos permite dizer – e comemorar! – que todas as nossas instituições de base orgânica no período de medição estão na faixa 4. Cabe destacar que, atualmente, do total de instituições do Brasil (públicas e privadas), apenas 17% se encontram nessa faixa. A Universidade São Judas Tadeu (USJT), que, no ciclo de avaliação anterior, já havia atingido IGC contínuo e obtido nota 4, apresentou indicador contínuo ainda maior, situando-se entre as 7 melhores universidades privadas do Brasil e a 3ª do estado de São Paulo. No mercado de Minas Gerais, enquanto a Una se mantém com IGC 4 e, com isso, permanece no topo do ranking entre universidades e centros universitários privados do estado, o Unibh, agora também com IGC 4, desponta como segunda melhor entre universidades e centros universitários privados de Belo Horizonte.

Com base no novo marco regulatório, nossos resultados acadêmicos adquirem uma importância ainda maior, já que permitem que nosso processo de expansão orgânica tenha continuidade em virtude dos pré-requisitos definidos pelo MEC. Ou seja, dentro de nosso número total de IES, 13 das nossas 19 mantidas têm CI acima de 4, além de um portfólio robusto de cursos com CC acima de 4. Dessa forma podemos nos beneficiar do novo processo de pré-credenciamento para novas faculdades, campi ou cursos presenciais. Essa mudança regulatória está nos permitindo continuar nosso projeto de expansão orgânica (Q2A) apesar das restrições recentemente impostas para a oferta de cursos híbridos.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Líquida
Encerramos 2017 com uma Receita Líquida de R\$1.045,6 milhões (+R\$85,2 milhões e +8,9% vs. 2016). Olhando especificamente para nosso ticket médio líquido, excluindo os efeitos das aquisições realizadas em 2016, fechamos o ano com uma média de R\$906/mês, influenciados pelo aumento das vendas mensais (+9,0%), ganhos no mix de cursos (+2,6%), parcialmente neutralizados por um aumento de bolsas, descontos e impostos (-7,2%). Incluindo as aquisições, nosso ticket médio do ano foi de R\$860/mês.

TOTAL DE CUSTOS E LUCRO BRUTO

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$646,5 milhões em 2017 e apresentaram um crescimento de 5,7% em relação a 2016. Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$399,1 milhões com uma Margem Bruta de 38,2%, o que representa uma melhora de 1,8pp versus o mesmo período do ano anterior. Esta evolução está principalmente relacionada aos ganhos de produtividade docente e de apoio acadêmico (custos com pessoal). Conseguimos ainda neutralizar nas outras linhas de custos os efeitos negativos associados ao aumento dos descontos, bolsas e impostos.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Comerciais

Balanco Patrimonial Levantado em 31/12/2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16	
Ativos					
Ativos Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.992	8.663	33.918	39.568
Aplicações financeiras		7.003	81.994	81.994	81.994
Contas a receber	7 e 29	26.940	12.205	246.893	195.710
Adiantamentos diversos	8	1.367	1.532	30.497	37.355
Dividendos a receber		59.768	140.617	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	3.048	3.630	8.998	11.154
Outros ativos circulantes		1.078	56	7.712	8.324
Total dos ativos circulantes		95.193	173.706	410.012	434.042
Ativos Não Circulantes					
Contas a receber	7	-	-	137	89.893
Adiantamentos diversos	8	-	-	11.599	12.449
Depósitos judiciais	21	46	34	47.387	36.292
Créditos com partes relacionadas	29	9.891	-	333	147
Impostos e contribuições a recuperar	9	7.586	1.279	16.150	6.001
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.584	-	1.584	-
Outros ativos não circulantes	11	349	-	30.043	16.366
Investimentos	11	858.962	811.261	2.732	-
Imobilizado	12	6.771	5.248	246.119	223.530
Intangível	13	20.916	16.132	572.056	569.132
Total dos ativos não circulantes		906.105	833.954	928.140	953.810
Total dos Ativos		1.001.298	1.007.660	1.338.152	1.387.852
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

Demonstração do Fluxo de Caixa para o Exercício Findo em 31/12/2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício		85.152	20.845	85.152	20.845
Ajustes:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7/25	-	-	46.169	45.554
Atualização (reversão) depósito judicial	21	(3)	3	(2.103)	(1.660)
Depreciação e amortização	12/13/25	8.076	4.816	51.294	42.121
Base de valor residual de imobilizado e intangível	12/13	91	102	425	4.477
Equivalência patrimonial	11 (123.475)	(87.571)	404	-	-
Perda com investimento		2	-	-	36
Perda com provisão impairment		-	10.300	-	19.000
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, parcelamento impostos		24.509	50.284	28.547	60.716
Constituição e reversão de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	25	19	(599)	7.236	12.060
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	27	-	-	8.325	8.706
Receita com ajuste a valor presente e correção monetária FIES, Ampliar e Pravalet		-	-	(6.166)	(16.338)
Atualização de empréstimos a terceiros		-	-	(1.799)	(1.128)
Remuneração baseada em ações	12	-	-	85	5.302
Valor justo com derivativos	11,670	-	11.584	-	-
Baixa de estoque e acervo líquido		-	1.194	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10 (18.777)	-	(36.833)	-	(1.527)
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (aumento) de contas a receber	(14.735)	(3.925)	(1.430)	(5.750)	
Redução (aumento) de adiantamentos diversos	165	(861)	7.709	(25.203)	
Redução (aumento) de depósitos judiciais	21	(9)	5	(13.335)	(8.653)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar		2.869	710	615	(339)
Redução (aumento) de outros ativos		(1.371)	-	(3.338)	1.95
(Redução) aumento de fornecedores		1.616	17	10.085	439
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salariais	4,211	(87)	7.846	6.104	
(Redução) aumento de adiantamento de clientes		-	-	(1.649)	(4.000)
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições		-	-	710	(474)
Total do patrimônio líquido					
Ativos Passivos e do Patrimônio Líquido		1.001.298	1.007.660	1.338.152	1.387.852
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31/12/2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reservas de lucros Retenção de lucros	Ágio em transações de capital	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		496.411	1.231	(3.149)	13.378	203.813	(69.566)	-	642.118
Remuneração baseada em ações		-	5.302	-	-	-	-	-	5.302
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	1.042	-	-	-	1.042
Constituição reserva de lucros		-	-	-	-	14.852	-	-	14.852
Aquisição de ações para tesouraria	22.c	-	-	(27.622)	-	-	-	-	(27.622)
Cancelamento de ações ordinárias		-	-	20.819	-	(20.819)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	20.845	20.845
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		496.411	6.533	(9.952)	14.420	197.846	(69.566)	-	635.692
Remuneração baseada em ações		-	85	-	-	-	-	-	85
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Reserva legal		-	-	-	4.258	-	-	-	4.258
Constituição reserva de lucros		-	-	-	-	60.671	-	-	60.671
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações para tesouraria	22.c	-	-	(4.261)	-	-	-	-	(4.261)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	85.152	85.152
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		496.411	6.618	(14.213)	18.678	258.513	(69.566)	-	696.441
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31/12/2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto a linha básico e diluído por ação)					
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16	
Receita Líquida	24	2.482	2.519	1.045.674	960.434
Custo dos Produtos e Serviços	25 (23.298)	(16.912)	(646.541)	(611.583)	
Lucro (Prejuízo) Bruto		(20.816)	(14.393)	399.133	348.851
Receitas (Despesas) Operacionais					
Comerciais	25	(2.218)	(1.839)	(84.210)	(75.394)
Gerais e administrativas	25	(2.432)	(1.712)	(228.186)	(191.213)
Resultado de equivalência patrimonial	11	123.474	87.569	(404)	-
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	25	6.295	(7.827)	(160)	(26.155)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		104.303	61.798	86.173	56.089
Resultado financeiro, líquido	27	(37.928)	(40.953)	(37.854)	(36.771)
Lucro Antes de Impostos		66.375	20.845	48.319	19.318
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	10	18.777	-	36.833	1.527

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GAEC Educação S.A. ("GAEC" ou "Sociedade"), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BMF&BOVESPA S.A.), sob o código ANIM3 que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- Prestação de serviços de ensino em nível fundamental, médio, superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisas.
- O patrocínio de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, edição e impressão de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão.
- Prestação de serviços de consultoria na área de inovação tecnológica, testes e análises técnicas, incluindo laboratório de calibração e ensaios elétricos, de metrologia, de materiais, de fundição e ferramentaria.

O cursoivo da AGE de 22 de fevereiro de 2018, foi aprovada a alteração do nome empresarial da Sociedade para ANIMA HOLDING S/A.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade estão resumidas na nota explicativa nº 2.3.

A controlada Minas Gerais Educação ("MGE"), através da AGE de 31 de agosto de 2017, teve sua denominação social alterada para Brasil Educação S/A.

Reestruturação Societária / Incorporação

Universidade São Judas Tadeu - Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Brasil Educação S.A., realizada em 1 de novembro de 2017, foi aprovada a incorporação da AMC Serviços Educacionais Ltda ("USJT") pela sua controladora Brasil Educação S.A. ("BRASIL"), com o objetivo de simplificar a estrutura societária. A USJT era uma entidade controlada integralmente pela Brasil, portanto existiu substituição de participação societária. Desta forma, não houve emissão de novas ações e nem alteração do capital social. O acervo líquido incorporado foi de R\$ 96.303.

Politécnicos Participações - Em reunião realizada em 1 de dezembro de 2017, os sócios do Instituto Politécnico de Ensino Ltda, aprovaram a incorporação reversa da Politécnico Participações Ltda. A operação implicou na substituição de 99,90% das quotas do capital social do Instituto Politécnico de Ensino Ltda. por ações do Politécnico Participações Ltda, por participação direta da Posse Gestão Patrimonial S.A. em 99,90% das quotas do capital social do Instituto Politécnico de Ensino Ltda.

As quotas do Instituto Politécnico de Ensino Ltda, de titularidade da Politécnico Participações Ltda, foram canceladas e substituídas pelas quotas de titularidade da Posse Gestão Patrimonial S.A., que assim passou a ser titular de 100% das quotas do capital social Instituto Politécnico de Ensino Ltda. O único ativo do Politécnico Participações Ltda era a participação no Instituto Politécnico de Ensino Ltda, dessa forma, o valor do patrimônio era de R\$ 0,00.

Cisão total seguida de incorporação

BR Educação - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de novembro de 2017, com objetivo de simplificar a estrutura societária, foi aprovada a cisão total da BR Educação Executiva S.A. com a versão das parcelas cindidas de seu patrimônio para as sociedades HSM do Brasil S.A. e PGP Educação S.A.

O acervo líquido da BR Educação foi avaliado em 31 de outubro de 2017, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 44.446 (quarenta e quatro milhêes, quatrocentos e quarenta e seis mil), conforme laudo de avaliação contábil. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Ativo circulante	5
Ativos não circulantes	44.441
Patrimônio líquido	44.446
Acervo líquido incorporado na PGP Brasil	27.364
Acervo líquido incorporado na HSM Educação	17.082

As ações de emissão da HSM Brasil e PGP Educação de titularidade da BR Educação foram substituídas pelas ações de igual número para a Sociedade. O acervo líquido da BR Educação incorporado pela PGP Educação no montante de R\$ 17.082 mil resultou no aumento de capital, com emissão de 42.631 ações adicionais, de forma que o capital ficou majorado em R\$ 12.313 e foi constituída uma reserva de capital.

As ações de emissão da HSM Brasil de titularidade da BR Educação foram substituídas por ações de igual número e valor para a Sociedade. Em razão da incorporação do acervo líquido da BR Educação pela HSM Brasil, houve aumento do capital social da HSM Brasil no montante equivalente ao acervo líquido da BR Educação incorporado pela HSM Brasil, equivalente a R\$ 27.364, com emissão de 68.487 ações adicionais de forma que o capital social ficou majorado em R\$ 2.739 e constituída uma reserva de capital no montante de R\$ 24.655.

Comparabilidade

A demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não incluem os resultados integrais das investidas Socioc, FACEB, ACAD e Politécnico, as quais passaram a ser consolidadas a partir de 1º de fevereiro de 2016, 1º de julho de 2016, 1º de setembro de 2016 e 3 de outubro de 2016, respectivamente.

Portanto, a leitura das informações financeiras deve considerar esse aspecto.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como controladora e consolidado, são elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os resultados operacionais relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras supracitadas, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Sociedade.

2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.3. Bases de consolidação em investimentos em controladas e controladas em conjunto: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade mantinha as seguintes controladas, diretas, indiretas e em conjunto:

Nome da controlada	Nº de Unidades	Participação % 31/12/2017	Participação % 31/12/2016
Controladas diretas			
Brasil Educação S.A. ("Brasil")	MG	17	100
Instituto Mineiro de Educação e Cultura Uni-BH S.A. ("IMEC")	MG	5	100
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. ("Unimonte")	SP	1	100
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	SP	1	100
BR Educação Executiva S.A. ("PBG Educação")	MG	1	100
Posse Gestão Patrimonial S.A. ("PBG Gestão")	SP	1	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	SP	1	100
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")	SP	1	100
Ánima Participações Ltda. ("Ánima")	SP	1	100
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("SOBEPE")	SP	1	100
Controladas indiretas			
ANIMA Social S.A. ("ANIMA Social")	MG	1	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	SP	1	100
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")	SP	1	100
AMC Serviços Educacionais Ltda. ("USJT")	SP	2	100
Sociedade Educacional de Santa Catarina ("Socioc")	SC	1	100
GKT Treinamento, Consultoria e Editora Ltda ("ACAD")	SP	1	100
FACEB Educação Ltda. ("FACEB")	MG	4	100
Politécnico Participações Ltda ("Politécnico")	MG	1	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda ("Politécnico")	MG	3	100
Instituto Ânima de Extensão Universitária	MG	1	100
Controlada em conjunto (joint venture)			
Le Cordon Bleu Anima Ltda ("LCB") (*)	SP	1	50
Coligada			
Universidade Virtual Brasileira ("UVB")		10	10

(*) Uma controlada em conjunto é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto ou acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. A Sociedade continua a usar o método de equivalência patrimonial quando um investimento em uma coligada se torna um investimento em uma controlada em conjunto ou um investimento em uma controlada em conjunto se torna um investimento em uma coligada.

2.4. Apresentação de relatórios por segmentos operacionais: O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, que é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Sociedade na preparação das demonstrações financeiras são descritas como segue:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: - São representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que tem risco insignificante de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporária, não superiores aos valores de realização.

3.2. Aplicações financeiras: - São representadas pelos valores mantidos em fundos de investimento de renda fixa e CDBs com remuneração geralmente atrelada ao CDI ou quais a Sociedade não pretende aplicar em sua atividade operacional. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporária, não superiores aos valores de realização.

3.3. Contas a receber: - São representadas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das provisões provisórias em base pro-rata temporária. Deduzidos o provisoriedade para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e pelo ajuste a valor presente calculado com base no saldo de contas a receber de longo prazo e de curto prazo quando relevante.

3.4. Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social do exercício corrente é registrado pelo regime de competência e calculada individualmente para a Sociedade e suas controladas conforme seu regime de tributação, e com base nas alíquotas e legislação vigente. As alíquotas são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. As controladas BRASIL, IMEC, Unimonte, FACEB e Politécnico calculam o imposto de renda e a contribuição social considerando ainda os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. Sobre as receitas não isentas, o imposto de renda e a contribuição social são calculados utilizando a taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Impostos e contribuições diferidas: são reconhecidos sobre diferenças temporárias ao final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos e existentes nas demonstrações financeiras e base fiscais correspondentes.

- Diferidos ativos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, somente quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros e ou onde há reconhecimento de imposto diferido passivo.

- Diferidos passivos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos passivos sobre diferenças temporárias calculados sobre a reavaliação de imóveis e sobre a diferença entre o valor contábil e valor justo aloçados em combinação de negócio.

3.5. Investimentos nas demonstrações financeiras individuais: - Representados por investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores estão demonstrados na nota explicativa nº 11. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo.

3.6. Imobilizado: - São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, mencionadas na nota explicativa nº 12. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.7. Intangível: - São demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 13. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes, licenças e ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios - Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio, e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

3.8. Provisões: - São reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.9. Créditos e débitos com partes relacionadas: - Correspondem a direitos e obrigações que foram negociadas sob condições e bases partes relacionadas, oriundas de operações de empréstimos de mútuos, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, conforme mencionada na nota explicativa nº 29.

3.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: - Estão apresentados pelos valores de realização/liquidação e pelos valores conhecidos ou estimados, e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até a data dos balanços.

3.11. Capital social: - É composto por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

3.12. Custo de captação na emissão de títulos: - Os custos de transação incorridos na captação de recursos obtidos com a emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzindo os eventuais efeitos fiscais.

3.13. Transações de capital: - Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas não resultam em perda ou controle do Grupo sobre as controladas e são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Controladora são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Sociedade.

3.14. Distribuição de dividendos: - A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.15. Remuneração baseada em ações: - A Sociedade e suas controladas instituem programas que permitem seus colaboradores a adquirir ações da Sociedade. Caso os colaboradores mantenham as ações pelo período determinado no programa a Ânima concede 20% das ações, em bonificação por suas ações adquiridas e mantidas pelo colaborador. Este programa foi ofertado inicialmente em 2013 (já liquidado) e em 2016. Também são reconhecidos como remuneração baseada em ações, contratos pactuados com executivos sujeitos ao atingimento de metas financeiras, operacionais, etc. Vide nota explicativa nº 29.2.

3.16. Lucro/prejuízo básico e diluído por ação: - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuído aos acionistas controladores da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

3.17. Reconhecimento da receita: - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares. As receitas relacionadas com a prestação de serviços somente são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente. Logo os adiantamentos de mensalidades recebidos são registrados no passivo e reconhecido como receita pelo período letivo do aluno.

As receitas obtidas com locação de imóveis somente são reconhecidas quando o uso do bem pelo adquirente é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela entidade. O ágio é atribuído à receita de produtos e reconhecido quando são transferidos os riscos e os benefícios relacionados à propriedade dos produtos. Os valores das receitas podem ser estimados com segurança e são prováveis que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Sociedade e suas controladas.

3.18. Receita e despesa financeiras: - As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo de vencimento, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a um contrato a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

Quando necessário para a apresentação adequada das demonstrações financeiras, Cédula de Crédito Bancário - CCB, encargos sobre impostos parcelados, encargos de financiamentos concedidos a alunos e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Método de juros efetivos: O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante todo o período de duração da dívida. Quando o reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.19. Combinações de negócios: - Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela entidade. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida e o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo adquirente assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, estes valores forem superiores à soma da contrapartida transferida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Sociedade.

Demonstrações financeiras individuais - Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICP - 09 (R1), a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis seja reconhecido como ágio. O ágio é atribuído ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

3.20. Ágio: - O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo da combinação do negócio, líquido da perda acurada na valor recuperável, seu houver.

Para fins de teste de redução no valor contábil, o ágio é atribuído para cada uma das unidades geradoras de caixa da Sociedade e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor contábil é inicialmente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

3.21. Redução ao valor recuperável (impairment): - No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.22. Ajuste a valor presente: - Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e, (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, são ajustados ao seu valor presente com base em taxa de mercado, sendo suas realizações reconhecidas no resultado do período.

3.23. Demonstração de valor adicionado ("DVA"): - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como informação suplementar de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.24. Instrumentos financeiros: - São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (deduzido por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros derivativos: Os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificadas no momento em que foram originados como empréstimos e recebíveis. A classificação dos ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos para o comprador. Essa perda ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

(i) **Empréstimos e recebíveis:** - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração

de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

* Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas, são classificados no momento de seu reconhecimento inicial como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, títulos a pagar e débitos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 30.1. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retratada, cancelada ou expirada.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

(i) **Empréstimos e financiamentos** - São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações. Na data do balanço está apresentado pelo seu reconhecimento inicial, deduzido da amortização das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescido dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que os encargos passaram. A Administração acredita que essas provisões são suficientes para cobrir os custos de transações.

* Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge. A Sociedade designou seus contratos de SWAP como hedge de valor justo, sendo as alterações no valor justo do empréstimo e do SWAP reconhecidos no resultado do exercício.

* Instrumentos de patrimônio: Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade é reconhecida e deduzida diretamente do patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade.

3.25. Estimativas contábeis: - A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

* Redução ao valor recuperável ("impairment") na estimativa do ágio, das marcas e do licenciamento: Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, marcas e licença, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como "impairment test". O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve perdas por deterioração do ágio, marcas e licença.

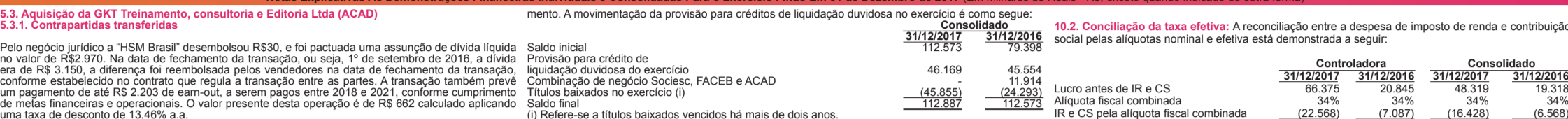
* Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Sociedade é ré em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Sociedade, a natureza dos processos e o estágio em que se encontram. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Vide nota explicativa nº 21.

* Provisão para crédito de liquidação duvidosa: É apresentada a redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a

Transformar o País pela Educação.

anima
EDUCAÇÃO

una unimonte unibh unisociesc sãojudas hsm EBRADI LE CORDON BLEU universidade



Notas Explicativas Às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5.3. Aquisição da GKT Treinamento, consultoria e Editoria Ltda (ACAD)

5.3.1. Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "HSM Brasil" desembolsou R\$30, e foi pactuada uma assunção de dívida líquida no valor de R\$2.970. Na data de fechamento da transação, ou seja, 1º de setembro de 2016, a dívida era de R\$ 3.150, a diferença foi reembolsada pelos vendedores na data de fechamento da transação, conforme estabelecido no contrato que regula a transação entre as partes. A transação também prevê um pagamento de até R\$ 2.203 de earn-out, a serem pagos entre 2018 e 2021, conforme cumprimento de metas financeiras e operacionais. O valor presente desta operação é de R\$ 662 calculado aplicando uma taxa de desconto de 13,46% a.a.

5.3.2. Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores finalizaram no terceiro trimestre de 2017 a apuração dos ativos e passivos a valor justo, e consequentemente o valor do ágio decorrente da transação.

Valor de livros	Ajustes de aquisição	Ajustes ao ágio (I)	Valor Justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	579	-	579
Outros ativos circulantes	1.263	-	1.263
Imobilizado	386	-	386
Intangível	105	1.081	1.186
Passivos			
Outros passivos circulantes	4.087	-	4.114
Outros passivos não circulantes	554	-	554
IR/CS diferido passivo	-	368	368
Ativos líquidos adquiridos	(2.308)	713	(1.622)

(I) Valor referente a devolução de seguro sobre empréstimo quitado antecipadamente, não reconhecido no balanço de abertura, e que foram reconhecidos em outubro de 2016 como ajuste ao ágio.

5.3.3. Ágio gerado na aquisição

Contrapartida a ser transferida na aquisição
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados
Ágio gerado na aquisição

Foi gerado ágio na aquisição da ACAD, resultando da contrapartida paga pelo negócio que inclui valores relativos aos ganhos a serem obtidos com sinergia, crescimento futuro das receitas e mão-de-obra. Estes benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

5.3.4. Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

Contrapartidas recebidas em caixa
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos
Desembolso líquido de caixa

5.4. Aquisição do Politécnico Participações Ltda e Instituto Politécnico de Ensino Ltda.
5.4.1. Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "PGP Posse" desembolsará R\$19.132, ajustados pelo caixa líquido na data do fechamento da operação, ou seja, 3 de outubro de 2016, a ser liquidado em 73 parcelas mensais, corrigidas à 12% a.a. mais correção da TR. O valor presente desta operação é de R\$19.132, pois a operação incorre em juros de mercado.

5.4.2. Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores revisaram no quarto trimestre de 2017 a apuração dos ativos e passivos a valor justo e consequentemente o valor do ágio decorrente da transação, os quais foram ajustados em relação aos valores de alocação final que haviam sido contabilizados no terceiro trimestre de 2017.

Valor de livros	Ajustes de aquisição	Valor Justo
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	37	37
Outros ativos circulantes	2.525	2.525
Outros ativos não circulantes	77	77
Imobilizado	4.854	4.854
Intangível	82	2.436
Passivos		
Outros passivos circulantes	4.758	4.758
Outros passivos não circulantes	2.160	2.160
IR/CS diferido passivo	-	828
Ativos líquidos adquiridos	657	2.265

5.4.3. Ágio gerado na aquisição

Contrapartida a ser transferida na aquisição
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados
Ágio gerado na aquisição

Foi gerado ágio na aquisição do Politécnico, resultado da contrapartida paga pelo negócio que inclui valores relativos aos ganhos a serem obtidos com sinergia, crescimento futuro das receitas e mão-de-obra. Estes benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

5.4.4. Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

Contrapartidas pagas em caixa
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos
Desembolso (aumento) líquido de caixa

6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora	Consolidado
Caixa e bancos	31/12/2017 68	31/12/2016 200
Aplicações financeiras - Operações	2.924	8.463
Total das aplicações financeiras	2.992	8.663
Caixa e equivalentes de caixa	2.992	8.663
Aplicações financeiras - Investimento	-	7.003
Total das aplicações financeiras	-	7.003

As aplicações financeiras são classificadas na categoria de instrumentos financeiros como empréstimos e recebíveis. São representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais possuem rentabilidade entre 81,01% a 104,00% do CDI, variando conforme o prazo de permanência dos recursos em conta, todos de liquidez imediata e por fundos de investimentos exclusivos para empresas da GAEC, cuja rentabilidade dos últimos doze meses esteve entre 101,24% e 103,61% do CDI.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
31/12/2017	31/12/2016	
FIES - Financiamento estudantil (a)	144.997	207.819
Contas a receber mensais (b)	179.748	172.502
Financiamentos (Ampliar e Pravaer) (c)	12.879	1.962
Cartão de crédito	9.017	2.295
Aluguéis, serviços e outros	13.276	12.898
Total	359.917	398.176

Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- Demais contas a receber (d)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - FIES (e)

Total geral contas a receber
Ativo circulante
Ativo não circulante

A Sociedade e suas controladas adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.

(a) Referem-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas do ajuste a valor presente e comissões (FGEDUC e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores através de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo ainda estes créditos serem recuperados pelo Fundo. Em dezembro de 2015 a Sociedade, por meio da ABRARES (Associação Brasileira para o desenvolvimento da Educação Superior), firmou acordo judicial onde MEC (Ministério da Educação) e FNDE assumiram o compromisso de repassar integralmente o saldo remanescente devido em três parcelas corrigidas monetariamente por índice de inflação: 25% do saldo até 30 de junho de 2016, 25% do saldo até 30 de junho de 2017 e 50% do saldo até 30 de junho de 2018. As parcelas recebidas compreendem o montante de R\$ 92.657. O ajuste a valor presente foi calculado sobre o saldo de contas a receber que compõe o acordo celebrado, cujos valores a vencer foram trazidos a valor presente à taxa de 3,2% a.a. (livre de risco), e está sendo revertido de forma proporcional aos saldos e datas de repasse acordados.

(b) Referem-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré datados, cartões de créditos e cheques devolvidos.

(c) Referem-se a mensalidades financiadas através dos programas Ampliar (operado diretamente pela Sociedade) e Pravaer (operado pela empresa Ideal Invest), líquidos do ajuste a valor presente, onde o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento podem variar entre 0% e 5% a.a. conforme a modalidade do programa escolhida pelo aluno, mais correção pela inflação. O ajuste a valor presente é calculado sobre o saldo de contas a receber trazido a valor presente pela taxa de 10,31% a.a. (média da remuneração das aplicações financeiras).

(d) A Sociedade e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerado o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro em um cenário conservador. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recentemente provisionada. A administração da Sociedade avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.

(e) As controladas da Sociedade constituem provisões para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES, de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. Para contratos não cobertos pelo FGEDUC e os 10% dos contratos cobertos pelo FGEDUC, é constituída uma provisão de 6% sobre o valor financiado, na qual é estimada uma inadimplência de 40% em relação aos 15% que a Sociedade está exposta ao risco de crédito. Os saldos relativos ao FGEDUC, são deduzidos diretamente da receita e do contas a receber (R\$ 16.414 em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 20.151 em 31 de dezembro de 2016). O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme segue no quadro abaixo, onde também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras por faixa de vencimento utilizados na política da Sociedade:

	Consolidado	% Perda
31/12/2017	31/12/2016	
Saldo para créditos de liquidação duvidosa	144.997	58,70%
% Perda por faixa de atraso	(20.563)	(8,32%)
Total	54.012	16,36%

Vencidos:
De 0 a 90 dias
De 91 a 180 dias
De 181 a 360 dias
De 361 a 720 dias

Total
(*) Referem-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

	Consolidado	% Perda
31/12/2017	31/12/2016	
Saldo para créditos de liquidação duvidosa	207.819	72,76%
% Perda por faixa de atraso	(16.123)	(5,65%)
Total	3.463	0,92%

Vencidos:
De 0 a 90 dias
De 91 a 180 dias
De 181 a 360 dias
De 361 a 720 dias

Total
(*) Referem-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

mento. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

	Consolidado
31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	112.573
Provisão para crédito de liquidação duvidosa do exercício	46.169
Combinação de negócio Sociesc, FACEB e ACAD	(45.855)
Títulos baixados no exercício (i)	(24.293)
Saldo final	112.887

(i) Referem-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

8. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora	Consolidado
31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Aluguel (a)	-	18.240
Fornecedores	834	6.275
Funcionários	533	529
Antecipação aquisição	-	1.076
Outros	-	387
Total	1.367	42.095

Ativo circulante
Ativo não circulante
(a) Referem-se a adiantamento de aluguel das unidades da IMEC, Sociesc e Politécnico.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora	Consolidado
31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
IRRF (a)	3.238	4.711
PIS/COFINS/CSLL	105	194
Antecipação de IRPJ (b)	-	2.071
Antecipação de CSLL (b)	-	425
Outros (c)	7.291	5
Total	10.634	4.909

(a) Referem-se principalmente a Imposto de Renda retido sobre as aplicações financeiras.
(b) Referem-se principalmente a valores a compensar, relativos às antecipações de imposto de renda e contribuição social da controlada UNA, dos exercícios de 2000 e 2001, para o qual um pedido de restituição foi protocolado junto a RFB (Receita Federal do Brasil).
(c) Referem-se principalmente a crédito de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social dos anos de 2012 e 2014 constituídos por cancelamento de PERDCCOMP para inclusão no PRT (Programa de Regularização Tributária - MP 766 - IN 1.687, vide nota explicativa nº19).

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

10.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo - A Sociedade e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, a constituição destes ativos diferidos somente ocorre quando há segurança razoável da realização destes créditos. A controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$144.169 (R\$166.545 em 31 de dezembro de 2016) e no consolidado temos o montante de R\$248.306 (R\$274.827 em 31 de dezembro de 2016) não sujeitos a prazo prescricional, para os quais não foram constituídos impostos diferidos ativos. Em 2017 foi utilizado para quitação de parcelamentos tributários o montante de R\$15.064 e R\$ 2.272 para quitação do PRT (Programa de Regularização Tributária - MP 766 - IN 1.687) e PERT (Programa Especial de Regularização Tributária - Lei 13.496) respectivamente. Vide nota explicativa nº 19. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 também foram constituídos o montante de R\$ 13.793, onde R\$ 4.625 foi constituído sobre diferenças temporárias e R\$ 9.168 sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitado a 30% dos saldos existentes no passivo. O valor de R\$ 12.209 está sendo apresentado reduzido o saldo do passivo. A movimentação dos saldos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi como segue:

	Consolidado	Saldo inicial	Movimentação	Saldo final
31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Imposto de renda - PRT	22.889	(11.076)	(1.671)	10.142
Contribuição social - PERT	8.240	(3.988)	(601)	3.651
Total	31.129	(15.064)	(2.272)	13.793

Passivo - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:
(i) Resultado de equivalência patrimonial sobre a reavaliação dos imóveis realizada em 2007 e da mais valia dos imóveis realizada em 2009. O saldo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 4.674 (R\$4.714 em 31 de dezembro de 2016).
(ii) Impostos e contribuições calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios na aquisição, que dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados. Em novembro de 2017 com a incorporação da BR Educação, fizemos a baixa do crédito tributário diferido no valor de R\$ 5.281. O saldo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 44.069 (R\$47.466 em 31 de dezembro de 2016).
(iii) Impostos e contribuições calculado sobre a parcela dos ágios amortizados para fins fiscais. O saldo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 1.907 (não temos saldo para 31 de dezembro de 2016).
(iv) Em 31 de dezembro de 2017, estamos apresentando o saldo do passivo diferido reduzido dos créditos tributários constituídos no valor R\$ 12.209.

A movimentação dos saldos passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi como segue:

	Consolidado	Saldo inicial	Movimentação	Saldo final
31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Imposto de renda - PRT	22.889	(11.076)	(1.671)	10.142
Contribuição social - PERT	8.240	(3.988)	(601)	3.651
Total	31.129	(15.064)	(2.272)	13.793

(v) Em 31 de dezembro de 2017, estamos apresentando o saldo do passivo diferido reduzido dos créditos tributários constituídos no valor R\$ 12.209.

A movimentação dos saldos passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi como segue:

	Consolidado	Saldo inicial	Movimentação	Saldo final
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Imposto de renda - PRT	22.889	(11.076)	(1.671)	10.142
Contribuição social - PERT	8.240	(3.988)	(601)	3.651
Total	31.129	(15.064)	(2.272)	13.793

A movimentação dos saldos passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi como segue:

	Consolidado	Saldo inicial	Movimentação	Saldo final
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Imposto de renda - PRT	22.889	(11.076)	(1.671)	10.142
Contribuição social - PERT	8.240	(3.988)	(601)	3.651
Total	31.129	(15.064)	(2.272)	13.793

(*) O saldo do patrimônio líquido da HSM Brasil, contempla o ágio alocado no valor de R\$20.744, demonstrado abaixo no quadro de movimentação do investimento da controladora na coluna de valor justo alocado.

	IMEC	Brasil	Network	VC	Unimonte	PGP Gestão	HSM Brasil	BR Educação	Anima Participações	SOBEPE	LCB	Valor Justo alocado	Ágio	Total
Balanco patrimonial	108.640	216.606	82	12.498	16.845	-	22.557	28.317	9	1	4.899	52.301	35.026	87.327
Ativo circulante	79.195	379.967	-	47.722	74.381	-	9.722	191.589	840	-	999	840	-	165.197
Ativo não circulante	66.435	96.373	-	9.292	19.201	-	14.062	37.129	7	3	435	-	-	87.569
Passivo circulante	20.556	20.246	-	7.623	33.220	-	6.783	120.570	-	-	-	-	-	2.731
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	100.845	479.954	82	43.305	39.260	-	85.536	62.207	842	(2)	2.732	29.919	35.026	858.962

Resultado de equivalência patrimonial
Reserva de capital
Reserva de capital
Provisão para perda valor recuperável de ativos
Distribuição de dividendos
Saldo final em 31 de dezembro de 2016

Adições
Aumento de capital
Resultado de equivalência patrimonial
Reserva de capital
Realocação de ágio e valor justo
Distribuição de dividendos
Juros sobre capital próprio
Transferência

Saldo final em 31 de dezembro de 2017

12. IMOBILIZADO

	Controladora	Consolidado
31/12/17	31/12/16	31/12/17
Taxas anuais de depreciação	3.531	2.204
Computadores e periféricos	4.285	(614)
Móveis e utensílios	1.512	(384)
Máquinas e equipamentos	624	(164)
Outros	504	(386)
Imobilizado em andamento	-	67
Total	10.523	(3.752)

Benefitárias em imóveis de terceiros Edificações Terrenos Máquinas e equipamentos Biblioteca e videooteca Móveis e utensílios Computadores e periféricos Outros

Benefitárias em imóveis de terceiros Edificações Terrenos Máquinas e equipamentos Biblioteca e videooteca Móveis e utensílios Computadores e periféricos Outros

Benefitárias em imóveis de terceiros Edificações Terrenos Máquinas e equipamentos Biblioteca e videooteca Móveis e utensílios Computadores e periféricos Outros

Benefitárias em imóveis de terceiros Edificações Terrenos Máquinas e equipamentos Biblioteca e videooteca Móveis e utensílios Computadores e periféricos Outros

Benefitárias em imóveis de terceiros Edificações Terrenos Máquinas e equipamentos Biblioteca e videooteca Móveis e utensílios Computadores e periféricos Outros

Benefitárias em imóveis de terceiros Edificações Terrenos Máquinas e equipamentos Biblioteca e videooteca Móveis e utensílios Computadores e periféricos Outros

Benefitárias em imóveis de terceiros Edificações Terrenos Máquinas e equipamentos Biblioteca e videooteca Móveis

Notas Explicativas Às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Refere-se ao ágio pago na aquisição do IMEC, HSM Brasil, PGP Educação, USJT, Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnico que não foram alocados em ativos identificáveis, conforme laudos de avaliação. Conforme critérios definidos pela Interpretação Técnica ICPON (R2), o ágio registrado na controladora, deve ser reclassificado para o intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.
(b) Refere-se a valores pagos pela aquisição das marcas "UNA", "UNI-BH", "HSM", "USJT" e "SOCIESC", para as quais a Sociedade possui o direito de manutenção (credenciamento concedido pelo Ministério da Educação, que credencia o funcionamento das instituições de ensino superior) através de suas investidas.
(c) Refere-se a parte de licenças pago na aquisição da USJT, Sociesc, FACEB e Politécnico para as quais a Sociedade possui o direito de manutenção através de suas investidas.
(d) Refere-se à parte da carteira de clientes pago na aquisição das mantenedoras do IMEC, HSM, USJT, Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnico e na aquisição da manutenção da UNA Betim. A movimentação da controladora é:

Controladora				
Saldo líquido em 31/12/2016	Adições	Baixa	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2017
16.132	11.673	(91)	(6.798)	20.916
16.132	11.673	(91)	(6.798)	20.916

Controladora				
Saldo líquido em 31/12/2015	Adições	Amortização	Transferência	Saldo líquido em 31/12/2016
12.132	6.237	(3.886)	1.649	16.132
12.132	6.237	(3.886)	1.649	16.132

Consolidado						
Saldo líquido em 31/12/2016	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Combinação de negócio (ii)	Saldo líquido em 31/12/2017
330.844	-	-	(7.263)	-	(4.965)	318.616
143.116	-	-	-	-	-	143.116
55.995	-	7.263	-	-	4.563	67.421
10.450	-	-	(10.048)	-	5.636	5.998
22.770	-	-	(3.707)	-	2.098	21.161
12.132	13.341	(148)	(9.089)	-	26.974	33.310
6.357	6.172	(63)	(3.839)	-	8.665	8.655
569.132	19.513	(211)	38	(23.346)	6.930	572.056

Consolidado						
Saldo líquido em 31/12/2015	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Combinação de negócio (ii)	Saldo líquido em 31/12/2016
244.642	-	-	-	(19.000)	105.202	330.844
121.956	-	-	-	-	21.160	143.116
54.600	-	-	-	-	995	55.595
12.384	-	-	-	(8.887)	6.953	10.450
16.109	8.409	(21)	2.473	(6)	1.834	22.770
2.913	4.818	(24)	251	6	(2.266)	6.357
452.604	13.227	(45)	2.724	(17.181)	(19.000)	469.333

(ii) Transferências realizadas da rubrica de imobilizado em andamento para melhor apresentação dos dados.

(i) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes do ajuste da combinação de negócios proveniente da aquisição da Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnico.

13.1. Intangíveis identificados em aquisições

Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	IMEC	USJT	HSM	SOCIESC	FACEB	ACAD	Politécnico	OUTRAS	TOTAL
Intangíveis amortizáveis:									
Carteira de clientes	2.450	-	-	1.918	884	-	-	384	5.636
Acordo de não competição	-	-	-	-	1.728	-	-	-	1.728
Carteira de clientes não amortizáveis:									
Marcas e patentes	24.380	34.900	59.872	21.160	-	-	-	2.804	143.116
Licença	29.825	174.445	21.370	45.104	28.721	2.283	-	1.779	318.616
Outros	2.913	4.818	(24)	251	6	(2.266)	-	659	6.357
Total	54.205	263.945	81.242	70.051	35.976	2.283	-	18.646	2.805

13.2. Alocação de intangíveis não amortizáveis às Unidades Geradoras de Caixa

O ágio, licenças, marcas e patentes foram alocados, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), identificadas de acordo com o segmento operacional, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Educação	83.525	84.865
Outros negócios	529.153	529.555

Em 31 de dezembro de 2017, ágio, marcas e licença foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("impairment").

(i) Para a UGC de Educação, estimamos o valor recuperável com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro dos cinco anos aprovado pela Administração que está amparado pelo histórico financeiro da companhia, além da taxa de desconto de 14% ao ano, que foi embasada em premissas bibliográficas e ponderadas com premissas de mercado. O cálculo considera 5 anos de projeção de fluxo específico, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento de 4,5% ao ano. A inflação considerada foi de 4% ao ano. A Administração acredita que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa. As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso desta UGC foram:

- Crescimento da receita para os exercícios de 2018 a 2022 de 9,9% ao ano com base em nosso plano de negócio que considera: a) Crescimento moderado de nossa unidade de negócio relacionada a eventos; b) Expansão com ganhos de market share e consolidação da unidade de negócio de educação corporativa, passando a atender também um público de média gerência, antes atendido pela ACAD e c) Expansão e consolidação da unidade de negócio digital relacionado à curadoria de conteúdo, aproveitando os materiais desenvolvidos nos eventos, as reportagens da Revista HSM e de livros editados com o selo HSM.

- Crescimento dos gastos a uma taxa de 6,5% ao ano considerando ganhos de escala que serão obtidos com a maturação dos gastos a uma taxa de 4,2% em 2017 para 50,7% em 2022 e a margem operacional sairá de 29,2% em 2017 para 36,3% em 2022, o que a Administração considera alcançável.

(ii) Para a UGC de Outros Negócios, o valor recuperável foi determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e a taxa de desconto de 14,7% ao ano, baseado nos cálculos realizados tendo em consideração as premissas bibliográficas. As projeções explícitas foram elaboradas para o período de nove anos, compreendido entre 2018 e 2026. O valor residual após o sétimo ano foi calculado considerando o conceito de perpetuidade (modelo de Gordon) e a taxa de crescimento na perpetuidade foi ajustada de acordo com expectativa de longo prazo para o crescimento da economia e do negócio. Essa taxa foi estimada em 5,3% que representa a inflação de longo prazo do IPCA e metade do crescimento real estimado para o PIB.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso desta UGC foram:

- Crescimento da receita para os exercícios de 2018 a 2026 de 9,9% ao ano com base em nosso plano de negócio que considera: a) Crescimento moderado de nossa unidade de negócio relacionada a eventos; b) Expansão com ganhos de market share e consolidação da unidade de negócio de educação corporativa, passando a atender também um público de média gerência, antes atendido pela ACAD e c) Expansão e consolidação da unidade de negócio digital relacionado à curadoria de conteúdo, aproveitando os materiais desenvolvidos nos eventos, as reportagens da Revista HSM e de livros editados com o selo HSM.

- Crescimento dos gastos a uma taxa de 7,4% ao ano considerando ganhos de escala que serão obtidos com a maturação das atividades, os ganhos de escala pela absorção das atividades da ACAD. Com isso a margem bruta sairá de 49,7% em 2017 para 59,5% em 2026 e a margem operacional sairá de -10,2% em 2017 para 23,3% em 2026, o que a Administração considera alcançável dado os cenários e perspectivas de mercado.

A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de recuperação em 31 de dezembro de 2017.

14. FORNECEDORES

Composto substancialmente por alugueis, fornecedores de informática, serviços, materiais de consumo e obras de infraestrutura. O saldo em aberto na controladora e consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é, respectivamente, de R\$5.648 (R\$4.032 em 31 de dezembro de 2016) e R\$33.773 (R\$23.688 em 31 de dezembro de 2016).

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
HSBC	1.077	-	1.077	4.329	1.073	5.402
Santander	6.144	24.827	30.971	14.375	18.401	32.776
Caixa Geral	627	-	627	2.508	625	3.133
IFC	3.637	139.080	142.717	6.245	139.080	145.325
Outros empréstimos	417	9.061	9.478	344	3.987	4.331
Moeda estrangeira	-	-	-	47.335	-	47.335
HSBC - Linha 4131	-	-	-	47.335	-	47.335
Itaú - Linha 4131	24.336	42.067	66.403	24.688	67.135	91.823
Total	36.238	215.035	251.273	99.824	230.301	330.125

Consolidado						
	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil	5.478	5.455	10.933	6.090	10.909	16.999
HSBC	7.173	1.644	8.817	17.178	7.560	24.738
Santander	9.552	24.827	34.379	18.345	21.797	40.142
Caixa Geral	627	-	627	2.508	625	3.133
IFC	3.637	139.080	142.717	6.245	139.080	145.325
Outros empréstimos	1.709	10.233	11.942	1.737	6.400	8.137
Moeda estrangeira	-	-	-	47.335	-	47.335
HSBC - Linha 4131	-	-	-	47.335	-	47.335
Itaú - Linha 4131	24.336	42.067	66.403	24.688	67.135	91.823
Total	52.512	223.306	275.818	124.126	253.506	377.632

As principais condições estabelecidas em contrato são como segue:

	Garantias	Taxa média de juros (anual)	Indicador	Data de início	Data de término
Capital de giro moeda nacional	25% a 100% dos recebíveis de alunos e aval cruzado com empresas do grupo	1,80% a 3,59%	CDI	28/10/2010	29/05/2023
Capital de giro moeda estrangeira	Notas promissórias e aval cruzado com empresas do grupo	2,78%	USD(*)	26/08/2015	26/08/2020
IFC	Alienação fiduciária das cotas e recebíveis da Brasil Educação (USJT); aval de todas as subsidiárias; compromisso de permanência específica de 5 diretores e 1 acionista com participação mínima de 25% do capital social na data da contratação.	1,49%	CDI	12/05/2016	15/03/2024
Outros empréstimos	Fiança bancária e aval cruzado com empresas do grupo / 100% dos bens adquiridos com o financiamento / 30% dos recebíveis de alunos	7,00% a 20,02%	-	05/11/2014	15/01/2026
Outros empréstimos	100% dos bens adquiridos com o financiamento	12,00% a 15,90%	TR	28/10/2009	28/10/2019
Outros empréstimos	100% dos bens adquiridos com o financiamento	3,5% a 5,50%	TJLP	23/03/2011	15/12/2023

(*) A Sociedade gerencia sua moeda de volatilidade cambial através de instrumentos de SWAP, conforme descrito na nota 30.1 item (c), onde há o detalhamento das taxas e indicadores dos empréstimos captados por capitais de giro em moeda estrangeira suavizados pela troca por CDI mais taxas fixas de 2,40% a.a. Os empréstimos e financiamentos referem-se, basicamente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Sociedade e de suas controladas. A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") definidas contratualmente, em 31 de dezembro de 2017, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva

Liquidez corrente (i) > 1,2
Divida financeira líquida/EBITDA (ii) < 2,75
EBITDA/Despesa financeira líquida (iii) > 1,3

(i) Liquidez corrente = Ativo circulante dividido pelo passivo circulante. (ii) Dívida financeira líquida = Somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras. (iii) EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada. As análises supracitadas têm periodicidade trimestral e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade e suas controladas atenderam todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2019	57.508	77.572	65.589	98.216
2020	48.998	66.683	49.056	77.512
2021	32.172	43.913	32.216	52.518
Após 2021	76.357	94.117	76.445	137.704
Total	215.035	282.285	223.306	365.950

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2018	29.860	66.278	45.222	86.022
2019	53.690	86.655	61.342	94.183
2020	47.491	72.103	47.550	71.445
Após 2020	99.260	142.848	99.392	139.696
Total	230.301	367.264	253.506	391.346

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários	2.706	1.883	16.781	18.603
Provisão de férias	5.815	3.913	31.583	25.408
INSS	1.058	5.234	9.982	10.246
FGTS	392	262	3.444	3.363
Outros	94	83	739	739
Total	10.065	6.853	62.564	58.359

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRRF	1.063	874	12.141	11.782
ISS	40	49	4.042	1.895
PIS e COFINS	102	121	706	635
Outros	56	14	596	480
Total	1.261	1.058	17.485	14.772

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos de alunos (a)	8.352	12.902
Faturamento antecipado de clientes (b)	4.734	2.644
Projetos de pesquisa (c)	1.211	2.393
Outros	1.321	1.238
Total	15.618	19.277

(a) Referem-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito Pravalter, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Ideal Invest S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre a Ideal Invest S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravalter. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravalter faz o repasse antecipado de aproximadamente 30% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Sociedade, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.

(b) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

(c) Referem-se a recursos provenientes de convênios firmados entre empresas governamentais e a Brasil, UNIMONTE, IMEC e Politécnico para cobertura dos custos na execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e capacitação científica e tecnológica. Esses adiantamentos são reconhecidos à medida que esses projetos são incorridos, possuindo a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
CEMIG	1.531	1.217
FAPEMIG	494	394
Embaixada Britânica	405	405
Petroquero	151	151

Transformar o País pela Educação.

ãnima

EDUCAÇÃO

una unimonte unibh unisociesc sãojudas hsm EBRADI LE CORDON BLEU



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individual e consolidada, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O presente Orçamento de Capital, nos termos do artigo 196 da lei nº 6404, visa o planejamento das fontes e das aplicações de recursos financeiros para fazer frente às necessidades de capital da Sociedade ao longo do exercício de 2018, cujo valor proposto é de R\$ 278.157.000,00 (Duzentos e setenta e oito milhões, cento e cinquenta e sete mil reais). Será submetido à aprovação da Assembleia Geral e tem a seguinte destinação e origem de recursos:

Aplicação de Capital Prevista:	
Empréstimos e Financiamentos de curto prazo	41.179.000,00
Empréstimos e Financiamentos de curto prazo nas Controladas	16.274.000,00

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequa-

ORÇAMENTO DE CAPITAL 2018

Aquisições de Controladas a pagar	11.141.000,00
Necessidade de caixa nas controladas pela concessão de prazo adicional ao Governo Federal para o pagamento do Fies	92.563.000,00
Investimentos em Expansão e Manutenção	93.000.000,00
Investimento em Expansão para programa Mais Médicos	24.000.000,00
	278.157.000,00

Fontes de Recursos Previstas:

- Os lucros retidos no montante de R\$ 258.513.000,00 (Duzentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e treze mil reais), sendo:

das. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Deloitte.

Belo Horizonte, 19 de março de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes

CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Gilberto Grandolpho

Contador

CRC nº 1 SP 139572/O-5

Retenção de lucros do exercício	60.671.000,00
Retenção de lucros de exercícios anteriores	197.846.000,00
(-) Dividendos de anos anteriores pagos no exercício	(4.000,00)
	258.513.000,00

- Capital de terceiros no montante de R\$ 19.644.000,00 (Dezenove milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil reais).

Prazo: até 1 ano